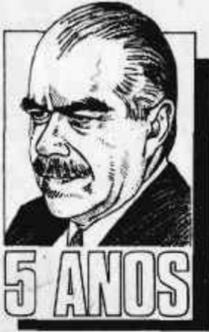


Constituinte decide o mandato hoje às 9 horas

Cincoanistas, certos da vitória, queriam entrar pela madrugada mas Ulysses adiou votação

A sessão para votar o mandato do presidente José Sarney ficou para hoje, às 9h. A decisão foi tomada no final da noite de ontem, pelo deputado Ulysses Guimarães, numa tentativa de conciliar as duas forças em disputa no plenário. De um lado os partidos de esquerda e o PMDB ligado ao senador Mário Covas (PMDB-SP), faziam de tudo para protelar a votação do tema. De outro era o **Centrão** que, temendo para hoje um esvaziamento de parlamentares cincoanistas — que já haviam ganho a batalha pelo capítulo das disposições transitórias — apresentou requerimento para prorrogar a sessão por mais duas horas.



minhamento de emendas com discursos longos e questões de ordem seguidas e, ainda, obstruindo a fila de votação nos postos avulsos, os quatroanistas promoveram o que Covas denominou de "operação padrão". Ele desmentiu a acusação de José Lourenço

(PFL-BA) de que estariam obstruindo o processo de votação. "Obstrução foi o que o Centrão fez, ao impedir a votação do decreto da URP". Essa discussão veio à tona pouco antes das 22 horas, quando o líder pefelista apresentou requerimento à mesa para prorrogar a sessão por mais duas horas. Até aquele momento, em mais de uma hora de sessão, a Constituinte havia apreciado apenas duas emendas destacadas. Ambas propõem plebiscito popular para temas específicos da constituição. Eram dos deputados Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) e Lysáneas Maciel (PDT-RJ) e foram rejeitadas. O pedido de prorrogação de Lourenço foi rejeitado por Ulysses, que resolveu adotar uma medida de meio-termo, convocando para hoje de manhã a continuidade dos trabalhos constituintes.

EUGENIO NOVAES



Com as mãos de papelão, indicando 4 anos, a esquerda mobilizou o Plenário, mas, perdeu o voto

Só 7 não aparecem para votar

Após a aprovação do substitutivo do Centrão ao ato das disposições transitórias, o painel eletrônico acusou a ausência de sete dos 559 constituintes. Um dos ausentes, no entanto, apressou-se em explicar que embora seu voto não tivesse sido registrado, era favorável à manutenção do texto da Sistematização. Foi a deputada Rose de Freitas (PMDB/ES), que estava presente à sessão. Além dela, o deputado Carlos Virgílio (PDS/CE) não votou, mas minutos depois estava no plenário.

Integrante do Centrão, o deputado mineiro Aloisio Vasconcelos (PMDB) é partidário de mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, foi visto por colegas de manhã no Congresso, mas não apareceu para votar o texto à noite. Como ele, o deputado Darcy Deltos (PMDB/PR) também não compareceu. Deltos era voto certo para os cinco anos, segundo levantamento do Governo, mas, de acordo com colegas seus, estava em situação desconfortável, pois preferia votar pelos quatro anos. Em uma conversa com o ministro da Saúde, Borges da Silveira, teria ficado acertada a sua falta à sessão. Outro ausente foi o deputado Mário Lima. Líder sindical e partidário do mandato de quatro anos, Lima não compareceu à sessão porque encontrava-se em Genebra, onde participa de reunião da Organização Internacional do Trabalho. Finalmente, o deputado Fernando Gomes (PMDB/BA), que vota pelo mandato de quatro anos, não compareceu. No plenário não souberam explicar a sua ausência.

Plenário vive clima de estúdio

Por 320 votos contra 222 e 10 abstenções, a Constituinte aprovou ontem o substitutivo do Centrão ao texto do título das Disposições Transitórias. A votação do título mais polêmica da Assembleia, onde são tratadas temas como as marajás, anistia, isonomia salarial entre delegados de polícia e membros do Ministério Público e o mandato do presidente Sarney, teve início às 18h55m, duas horas após Ulysses Guimarães, regimentalmente, suspender a primeira sessão de ontem. A aprovação do texto do Centrão foi precedida pelo encaminhamento das lideranças partidárias da Constituinte.

Os líderes falaram a um plenário agitado e dividido ao meio, devido à questão do mandato do presidente. De um lado do plenário, os quatroanistas agitavam vários recortes de cartolina, simbolizando os quatro dedos de uma mão. De outro, os partidários dos cinco anos de mandato gritavam palavras de ordem, imitando os ecos de um estádio de futebol, em jogo do Flamengo.

previa, porque há pressão declarada. Há maioria e, portanto, não há necessidade de negociações".

Covas, como em outras circunstâncias, declarou ser fácil falar em democracia quando se é minoria. "O difícil, em política, é quando se é maioria respeitar com humildade a minoria. O difícil é dialogar, conceder". Covas lembrou a importância da votação das disposições transitórias, que, além de conter a duração do mandato do atual presidente, alteram o financiamento do seguro-desemprego, igualam os vencimentos dos delegados de polícia com os dos membros do Ministério Público e definem a questão dos marajás.

O líder do PMDB fez ainda um paralelo entre o Presidente da República e o apóstolo Pedro, lembrando que, como ele, Sarney havia declarado por três vezes que sua vontade era de governar com um mandato de quatro anos. "Estou aqui, por minha consciência, em nome do meu partido e do povo que me elegeu, para pedir ao meu partido que rejeite o texto do Centrão".

ções porque acredito neste País, que tem uma classe trabalhadora excepcional, que tem uma classe intelectual excepcional e que tem uma classe produtora excepcional". Esta noite é a noite do Juízo da sociedade brasileira. Ela irá julgar os que aqui hoje votarem". Lula disse ainda que o maior mal de uma Nação é o fato de um presidente querer permanecer no poder, quando 92% do povo não desejam.

O líder do PL, deputado Adolfo de Oliveira (RJ), fez em seu encaminhamento um apelo aos consultivos para que mantivessem a Casa cheia durante o 2º turno, enquanto a liderança do PDC, através do senador Mauro Borges (GO), falava contra a criação do Estado do Tocantins. Haroldo de Lima, líder do PC do B, disse que o texto do Centrão era muito ruim e que não poderia ser aprovado pelos comunistas. "Esse é um texto que retira a eleição no Distrito Federal, que mantém o trem da alegria e que joga para a lei complementar a demarcação das terras indígenas". A eleição de Brasília, aliás, será o objeto agora de uma emenda, que deve ser votada logo.

O líder do PCB, Roberto Freire (PE), depois de explicar que as disposições transitórias representavam um espaço entre um momento jurídico e outro, disse que estava falando contra a permanência de um Presidente que pretende se perpetuar. "Esse não é um texto qualquer. Ele, por exemplo, aprova a imoralidade de conceder imunidade aos marajás". Arnaldo Faria de Sá, líder do PMB, declarou seu voto a favor dos quatro anos, enquanto que Amaral Neto (PDS-RJ) só chegou ao microfone para dizer da necessidade de um plebiscito para regulamentação da pena de morte.

Ordem é para obstruir até quando der

Se o processo de obstrução sistemática que o bloco das esquerdas pretende conduzir nas sessões previstas para hoje alcançar o mesmo sucesso de ontem, a fixação do mandato do presidente José Sarney poderá ser adiado novamente para amanhã e, se não houver quorum, até mesmo para a próxima semana. A primeira sessão foi convocada pelo presidente Ulysses Guimarães para as 9 horas, mas as lideranças acreditam que a parte da manhã será consumida por reuniões de entendimento, jogando as votações para a tarde ou à noite.

Como ontem, no primeiro dia de votação das Disposições Transitórias, a orientação das esquerdas é protelar ao máximo a apreciação da emenda Matheus Iensen. "Acho que temos féio para aguentar mais um dia", anunciou o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE).

Conscientes de que ontem era a última oportunidade para a votação do mandato do presidente Sarney — 330 votos estavam fechados para a aprovação dos cinco anos — uma comissão de líderes do Centrão, encabeçada pelo líder do governo Carlos Sant'Anna foi ao presidente Ulysses Guimarães logo no início da tarde para exigir a colocação do título das Disposições Transitórias na pauta tão logo terminasse a votação do capítulo sobre os índios.

Antes de seguir para o plenário, Ulysses Guimarães ainda ficou retido em seu gabinete juntamente com o relator Bernardo Cabral e o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso, discutindo a montagem da ordem de votação dos textos existentes sobre as Disposições Transitórias. Até as 16 horas havia duas questões pendentes: se o texto base do Centrão seria votado primeiro, se não se a discussão das emendas de artigo por artigo e, se aprovado o texto do Centrão, a emenda Matheus Iensen poderia ser votada logo no início, já que por ser aditiva, regimentalmente teria de ser apreciada somente depois de votados os 63 artigos das Disposições Transitórias.

A princípio, o presidente Ulysses Guimarães só se decidiu pela votação do texto base do Centrão em regime de preferência, por conter mais de 280 assinaturas, com a subsequente discussão e votação de cada emenda relativa aos artigos 1º, 2º e assim sucessivamente, sendo a questão do mandato prevista para entrar no artigo 4º. Como o texto do Centrão não faz nenhuma referência à duração do mandato presidencial e à emenda Matheus Iensen fora encaminhada ao texto da Sistematização, persistia a dúvida se ela poderia, sendo aditiva, ser apreciada fora da ordem.

Enquanto persistia a indefinição sobre o mérito da emenda Matheus os parlamentares quatroanistas armaram rapidamente uma estratégia para impedir que a matéria fosse votada logo no início. A tática consistia em retirar duas emendas — de Jorge Hage (PMDB-BA) e Mansueto de Lavor (PMDB-PE) — que faziam referência ao mandato presidencial, já que sugeriam a realização de plebiscitos para homologação da nova Carta e convocação de eleições presidenciais para depois de 45 e 120 dias.

Se as emendas fossem mantidas ao artigo 1º das Disposições Transitórias, já na primeira votação os cincoanistas poderiam requerer o encaminhamento e votação da emenda Iensen, por tratar de matérias correspondentes. Com a retirada destas duas emendas, a disputa do mandato foi jogada somente para o artigo 4º (do texto da Sistematização), sendo que até lá existem para serem apreciadas e discutidas pelo menos 20 emendas.

Resultado não mudará Governo, por enquanto

JOÃO EMILIO FALCÃO Repórter Especial

O Presidente da República não pretende fazer nenhuma alteração no Ministério até a promulgação da Constituição, o que deve ocorrer em meados de julho. Depois, no entanto, fará alterações profundas e gostaria de ter sua ação facilitada por um pedido coletivo de demissão dos ministros.

Essa informação foi transmitida ontem por senadores da mais absoluta confiança do Presidente da República, que acrescentaram estar ele decidido a realizar, a partir de agora, o seu Governo. "Vocês podem ter certeza de que a rede será bem curta e o Presidente a segurará com firmeza", afirmou um senador nordestino.

A rede curta do Presidente da República será

em todos os setores. Na área política, somente serão prestigiados os que forem verdadeiramente leais. A dubiedade será considerada como hostilidade. Não haverá mais uma aliança para sustentar o Presidente através de troca de cargos. O Presidente é que será o único comandante e a aliança será feita em torno de sua liderança.

Na área administrativa, o Governo exigirá a homogeneidade e que todos tenham o mesmo objetivo: o êxito do Governo. Em todo seu mandato, o Presidente tem se ressentido da falta de unidade, pois há distorções na execução dos programas. Nem todas as determinações são obedecidas e isso não pode continuar acontecendo.

Em relação à área econômica a preocupação do Presidente da República

será, exclusivamente, em combater o déficit público e em reduzir a inflação. Não lhe interessa os índices de popularidade, e sim o julgamento da História. Se tiver que reduzir drasticamente as despesas, o Presidente o fará desde que acredite ser esse o interesse público.

As informações desses senadores, todos do relacionamento pessoal do presidente Sarney, coincidem com as do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA). Para ele, os chamados ministros do PMDB, os que não estão comprometidos com o Presidente da República mas com a liderança do deputado Ulysses Guimarães (SP), serão afastados.

O primeiro a sair será Renato Archer, da Previdência. Apenas não está resolvido se ele será demitido ou levado a pedir demissão.

OS IMPERATIVOS

O encaminhamento mais aplaudido em plenário foi o do líder do PMDB, Mário Covas, que definiu a questão do voto sob três imperativos: o respeito ao povo, ao partido e à consciência. "Estou aqui para dizer da minha perplexidade com relação às três circunstâncias nesta Constituinte em que a maioria não buscou o acordo prévio para a votação". O líder referia-se às votações do regime da propriedade, quando o líder José Lourenço (PFL) mandou o acordo ao ralo que o partiu; ao capítulo da reforma agrária e ao título das Disposições Transitórias. "Hoje, de novo, estamos votando sem negociação

ADVERTÊNCIA

O líder do PDT foi o primeiro a fazer o encaminhamento das lideranças, depois de José Lourenço (PFL) ter se recusado a utilizar o tempo a ele disponível. Brandão Monteiro fez logo no início de seu pronunciamento uma advertência à Casa. "Essa Constituinte estará se desvalorizando se aprovar o texto do Centrão".

O líder do PTB, Gastone Righi, também se recusou a utilizar o tempo destinado à sua liderança, passando a palavra ao líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Lula falou da importância das eleições em 88. "Estou defendendo elei-

Guerra bem-humorada ao Centrão

"Diz pro seu pessoal que vocês vão votar hoje, mas vão ter que suar muito". A frase, dita pelo deputado José Genoíno (PT-SP) ao líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), no início da sessão noturna de ontem, foi confirmada parcialmente: através de táticas de obstrução, os quatroanistas deram muito trabalho aos governistas. Mas a votação do mandato do presidente José Sarney acabou não acontecendo.

Os quatroanistas defendiam, as diretas portanto um recorte de cartolina em forma de uma mão fazendo o 4 como estandarte. Um dos recortes foi parar nas costas de um dos principais coordenadores do Centrão, o deputado José Lins (PFL-CE), que circulava pelo plenário sem saber que estava divulgando a tese das eleições em 88. Ele só deixou de fazer a propaganda dos quatroanistas quando outro coordenador do grupo, deputado Dasso Coimbra (PMDB-RJ), retirou o recorte de suas costas. Outro deputado do Centrão, Gerson Peres (PDS-PA), dobrou alguns dedos da mão em cartolina para imitar um gesto obsceno, que mostrava aos defensores das diretas-já.

Alguns governadores circulavam pelos corredores e pelo plenário. Fernando César Mesquita, de Fernando de Noronha, e Fernando Collor, de Alagoas, conversavam com constituintes com objetivos opostos: o primeiro querendo esticar o mandato de Sarney, e o segundo querendo diretas em 88. Também passava pelo Congresso o chefe do Gabinete Civil para Assuntos Parlamentares, Henrique Hargreaves, acompanhado por dois assessores.

votação do texto do Centrão, o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas (SP), falou para um plenário atento. O senador — como o líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva (SP) — foi aplaudido várias vezes durante sua fala. Na hora da votação, o deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), eterno governista, esgoelava-se gritando "sim" para a aprovação da proposta do Centrão. A vitória do grupo foi comemorada pela maioria do plenário, enquanto os quatroanistas gritavam "Fora Sarney, diretas já". Gibson exultava:

No meio do corredor, o deputado Paulo Delgado (PT-MG) gritava após a votação: "Passa no cal-

Emenda não dá o dia da posse

A emenda Matheus Iensen (PMDB-PR), que prevê um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, não estabelece a data da posse do sucessor do atual presidente. A solução para esta omissão pode ser dada através de emendas que marcam para o dia 15 de março de 1990 a posse do futuro presidente, ou da adoção do texto do corpo permanente da Constituição, segundo o qual o mandato do presidente terá início em 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua eleição.

A proposta do deputado Matheus Iensen também não fixa a data da realização do segundo turno, na hipótese de, na primeira votação, nenhum candidato alcançar maioria absoluta. Mas no texto permanente já está previsto que a nova eleição será feita 30 dias após a proclamação do resultado, concorrendo os dois candidatos mais votados.

xa". Logo foi aconselhado por quatroanistas a sair de perto dos membros do Centrão e sentar-se junto à esquerda. Segundo Delgado, a esquerda estava em dúvida se obstruía ou não a votação, "porque parece que o Centrão recebe por dia, e se a votação for adiada o déficit público aumentará".

O resultado da votação a favor do Centrão apontou algumas surpresas. O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), denunciava a adesão ao Centrão, à última hora, de alguns constituintes — Rita Câmara (PMDB-ES); Arnaldo Faria de Sá (PTB-RJ); que pertenceu ao Comitê Pró-Diretas; e AC) Aluizio Bezerra (PMDB-AC) que, segundo o senador Mário Mala (PDT-AC), mudou de voto ao receber de Sarney promessa de que a BR-364 seria asfaltada. Outro voto que surpreendeu foi o de Osmir Lima (PMDB-AC). Ao tomar conhecimento de que ele havia aderido ao Centrão, Genoíno começou a gritar: "Osmir Lima vai ser expulso do campo de futebol!"

Nem todos estavam bem-humorados como Genoíno. O deputado Paulo Silva (PMDB-PI), filho do governador do Piauí, Alberto Silva, dizia estar vivendo um drama. Seu estado arrecada Cz\$ 600 milhões, e recebe Cz\$ 300 milhões de Fundo de Participação, mas tem uma folha de Cz\$ 1 bilhão e 700 milhões de cruzados. As bases partidárias de Paulo Silva lhe enviaram telegramas pedindo para que votasse pelos cinco anos, para que o estado não sofresse retaliações: — Não posso penalizar os funcionários públicos do Piauí. Mas se eu não votar nos quatro anos, vou me sentir violentado — afirmava.

No encaminhamento da